



Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DEFESA

PROCESSO N.º:	1850520/2024
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBA
CNPJ:	03.238.961/0001-27
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
ORDENADOR DE DESPESAS	ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO
RELATOR:	WALDIR JÚLIO TEIS
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	ITAUBA
NÚMERO OS:	4350/2025
EQUIPE TÉCNICA:	SUELLEN DAYCI FRISON BARROS





SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. ANÁLISE DA DEFESA	3
3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES / DETERMINAÇÕES	25
4. CONCLUSÃO	27
4. 1. RESULTADO DA ANÁLISE	27





1. INTRODUÇÃO

Trata-se da análise da manifestação da Defesa acerca dos achados de auditoria constantes no Relatório Preliminar das Contas Anuais de Governo do exercício de 2024 da Prefeitura Municipal de Itaúba.

Este Relatório foi produzido em atendimento à Ordem de Serviço nº 4350 /2025.

2. ANÁLISE DA DEFESA

Segue a análise dos achados de auditoria classificados conforme a Resolução nº 2/2025 do TCE/MT que constituíram a conclusão do Relatório Preliminar em obediência ao princípio do contraditório e ampla defesa.

ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO - ORDENADOR DE DESPESAS /
Período: 01/01/2021 a 31/12/2024

1) CB03 CONTABILIDADE_GRAVE_03. Registros de fatos/atos contábeis em inobservância aos princípios da competência e oportunidade (Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

1.1) *Ausência de apropriação de 13º Salário e Férias por competência em descumprimento ao disposto na Portaria do STN nº 548/2015 - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

Responsável 1: ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

A Defesa informou que todos os pagamentos referentes ao 13º salário foram integralmente quitados dentro do próprio exercício, não restando nenhum valor a ser pago nos anos subsequentes.





E destacou que realmente o município não vinha realizando o reconhecimento contábil de forma mensal, visto que essa prática não era exigida, de forma expressa, aos municípios que não são sede de polo ou unidade contábil centralizadora, conforme critério de fiscalização adotado anteriormente pelo TCE-MT.

Ressaltou que embora essa prática de reconhecimento mensal das provisões de férias e 13º salário não tenha sido adotada no exercício de 2024, o município está ciente da importância da uniformização das práticas contábeis e atento às orientações do Conselho Federal de Contabilidade e informou que a partir de mês de junho de 2025 essa prática já passou a ser adotada pelo município, conforme consta às fls. 4-5 e 46 a 81 do doc. digital nº 638752/2025, demonstrando o comprometimento da gestão com a adequação às exigências e as boas práticas contábeis.

Análise da Defesa:

Verifica-se que apesar de a defesa informar e comprovar que a partir do mês de junho de 2025 essa prática está sendo adotada pelo município, esse fato não sana a irregularidade apontada, pois o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCAPS 10ª edição (p. 307) estabelece que a apropriação do 13 salário e das férias deve ser realizada de forma mensal em conformidade com o regime de competência e como reconhecido pela Defesa esse fato não foi observado no exercício de 2024.

Ante o exposto, **fica mantida essa irregularidade.**

Resultado da Análise: MANTIDO

2) CB05 CONTABILIDADE_GRAVE_05. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).





2.1) *Diferença de R\$ 45.898,80 entre o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais e a diferença entre os patrimônios líquidos dos exercícios de 2023 e 2024. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

Responsável 1: ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

A Defesa discordou da diferença apontada e alegou que esse valor se refere às despesas de exercícios anteriores regularmente registradas e reconhecidas no exercício de 2024 as quais não foram consideradas nesta análise.

A fim de comprovar o alegado a defesa encaminhou à fl. 7 do doc. digital nº 638752/2025 os demonstrativos que constam o registro dessas despesas, e informou que apesar de as despesas pertencerem a exercícios passados elas impactaram diretamente no resultado patrimonial do exercício atual e a ausência de sua consideração comprometeu a completude da análise e gerou uma percepção distorcida da real variação patrimonial ocorrida entre os exercícios.

Análise da Defesa:

Da análise da documentação encaminhada pela defesa, à folha 7 do doc. digital nº 638752/2025, verifica-se que restou demonstrado que a diferença no valor de R\$ 45.898,80 entre o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais e a diferença entre os patrimônios líquidos dos exercícios de 2023 e 2024 se referem às despesas de exercícios anteriores, **sanando assim a irregularidade apontada.**

Todavia, cabe destacar que o Balanço Patrimonial encaminhado pela defesa às folhas 83 e 84 do doc. digital nº 638752/2025 não traz o registro dessas despesas de exercícios anteriores no Patrimônio Líquido, dessa forma, sugere-se que o Conselheiro Relator recomende ao Chefe do Poder Executivo





para que nos próximos Balanços Patrimoniais as despesas de exercícios anteriores sejam registradas na conta "Ajustes de Exercícios Anteriores" a fim de comprovar a variação patrimonial entre exercícios.

Resultado da Análise: SANADO

2.2) *Diferença entre o resultado financeiro apresentado no Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e o valor apresentado no Quadro do superávit /déficit financeiro pertencentes ao Balanço Patrimonial.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

A Defesa informou que uma divergência no arquivo da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) da unidade previdenciária ocasionou o lançamento incorreto de valores nos demonstrativos contábeis consolidados.

E justificou que após a identificação do problema, os dados foram revisados e devidamente corrigidos, conforme print do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e do Quadro do Superávit/Déficit Financeiro encaminhados à fl. 9 do doc. digital nº 638752/2025.

Destacou que essas correções não afetaram os demais demonstrativos contábeis e encaminhou às folhas 82 a 94 do doc. digital nº 638752/2025 o Balanço Patrimonial com as devidas correções, bem como a comprovação da sua publicação na imprensa oficial.

Análise da Defesa:

Da análise do Balanço Patrimonial e seus anexos encaminhados pela defesa verificou-se que **restou sanada a diferença apontada**, pois o valor do resultado financeiro (R\$ 40.462.688,30) apresentado no quadro dos ativos e





passivos financeiros e permanentes (Ativo Financeiro - Passivo Financeiro), confere com o valor do resultado financeiro apresentado no quadro de superávit /déficit financeiro (R\$ 40.462.688,30).

Resultado da Análise: SANADO

3) CB08 CONTABILIDADE_GRAVE_08. Demonstrações Contábeis sem assinaturas do titular ou representante legal da entidade e do profissional da contabilidade legalmente habilitado (Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.330 /2011; item 13 da ITG 2000; art. 177, § 4º, da Lei nº 6.404/1976; item 4 da NBC PG 01; art. 20, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 9.295/1946).

3.1) Ausência de assinatura do titular da Prefeitura ou o seu representante legal e pelo contador legalmente habilitado nas Demonstrações contábeis apresentadas na Carga de Conta de Governo (Protocolo Control-P nº 1995847/2025/2025) referentes ao exercício de 2024. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

A Defesa justificou que essa falha ocorreu em razão de um equívoco pontual no momento do envio eletrônico da carga de Contas de Governo, não havendo intenção de descumprir as normas legais e da contabilidade, e destacou que as Demonstrações Contábeis foram devidamente elaboradas, revisadas e validadas pela equipe técnica e são fidedignas e compatíveis com os registros contábeis e financeiros do exercício.

A fim de comprovar a regularização dessa falha, a Defesa encaminhou às folhas 97 a 119 do doc. digital nº 638752/2025 as Demonstrações Contábeis devidamente assinadas pelo contador, Sr. Luiz Adriano da Silva, pela Secretária de Administração, Sra. Maria da Conceição Santos e pelo Prefeito Municipal, Sr. Antônio Ferreira de Oliveira Neto.





Análise da Defesa:

Da análise da documentação encaminhada pela defesa, verifica-se que **restou sanada essa irregularidade**, pois foram encaminhados os Demonstrativos Contábeis do exercício de 2024 devidamente assinados pelo titular da Prefeitura e pelo contador.

Resultado da Análise: SANADO

4) CC09 CONTABILIDADE_MODERADA_09. Forma e/ou conteúdo das Demonstrações Contábeis divergente dos modelos estabelecidos nas normas contábeis (Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN).

4.1) *Notas explicativas que não contempla todas as informações estabelecidas pela STN.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

- **Notas explicativas do Balanço Orçamentário**

A Defesa justificou que a ausência de evidenciação do detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário) ocorreu em razão da inviabilidade técnica para geração destes dados, bem como, a inexistência de normativo que defina sua estrutura e mapeamento.

Destacou que embora o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 11ª edição traga a obrigatoriedade de evidenciação desses dados em notas explicativas, este não demonstra a forma e o mapeamento das linhas, colunas e contas do PCASP que possam dar suporte para o levantamento dessas informações.

Ressaltou que o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da CTPS nº 02 de 19/06/20224 que trata da estrutura das notas explicativas, não





traz essa exigência nem tão pouco a IPC nº 07 que define a metodologia para elaboração do balanço orçamentário.

Dessa forma, a defesa alegou que o MCASP solicitou que houvesse essa informação em notas explicativas, todavia não trouxe o local de onde essas informações poderiam ser retiradas.

Justificou que a maneira utilizada por muitos municípios é arbitrar os valores que devem ser atribuídas a cada tipo de crédito sem nenhum embasamento legal, técnico ou um mapeamento bem estruturado.

Dessa forma, a Defesa solicita que o TCE-MT regulamente o referido demonstrativo com mapeamento de linhas e colunas, para que possa de forma padronizada atender ao solicitado.

Quanto a ausência de informação referente a utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, a Defesa informa que o quadro "c.1" da nota explicativa (fl. 15 do doc. digital nº 638752/2025) detalha o superávit financeiro no valor de R\$ 5.299.320,68 e a inexistência de abertura de créditos adicionais especiais ou extraordinários, não havendo o que se falar de interferência no resultado orçamentário.

Consta ainda neste quadro a evidenciação do detalhamento dos "recursos de exercícios anteriores" utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada, demonstrando que em razão desse quadro ser autoexplicativo não havia necessidade de detalhar esses itens em notas explicativas.

- **Notas explicativas do Balanço Patrimonial**

A Defesa justificou que as informações referentes aos Créditos a Longo Prazo no valor de R\$ 40.649.495,07, estão detalhadas na nota explicativa nº 08, do Balanço Patrimonial, no quadro referências cruzadas, conforme item "c. 1" - Referências Cruzadas, demonstrado às folhas 18 do doc. digital nº 638752 /2025, e destaca que o MCASP recomenda o detalhamento dessa conta se houver necessidade.





A Defesa alegou também que o detalhamento da estrutura do Balanço Patrimonial até o terceiro nível impediu o detalhamento deste grupo de contas e que somente poderia ser realizado por meio do balancete de verificação analítico que é uma demonstração contábil não exigida pelo TCE-MT na prestação de contas.

No que se refere às contas do passivo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo, a defesa informou que tais detalhamentos constam na nota explicativa nº 14, destacando que o valor de R\$ 254.189,47 se trata exclusivamente de empenhos em restos a pagar de folha e obrigação patronal, conforme demonstrado no print encaminhado à folha 19 do doc. digital nº 638752/2025.

Quanto às Previsões a Curto Prazo, a Defesa informou que tais detalhamentos consta na nota explicativa nº 17 que demonstra que não houve previsões de curto prazo. Já as Previsões de Longo Prazo constam na nota explicativa nº 23, detalhando que os valores de R\$ 55.789.451,82 se trata de provisões matemáticas do RPPS (fl. 20 do doc. Digital nº 638752/2025)

Quanto os questionamentos referentes a ausência de evidenciação das políticas contábeis relevantes que tenham reflexos no patrimônio, como as políticas de depreciação, amortização e exaustão; se a evidenciação dos ganhos e perdas decorrentes da baixa de imobilizado estão reconhecidos no resultado Patrimonial; a evidenciação dos critérios de apuração da depreciação, amortização e exaustão e de realização de revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo; e se a depreciação, amortização e exaustão para cada período é reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo, a Defesa informou que tais questões estão contempladas nas notas explicativas do Balanço Patrimonial, conforme segue demonstrado:

h.2. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios:
Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.
h.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito:
Não houve bens recebidos por doação no exercício.
h.4. Transferência de Ativos:
Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.
h.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito:
Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.
h.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos:
Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.





h.7. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.

E destacou que o item "h.7" deixou claro que até o fechamento da prestação de contas não haviam sido disponibilizadas para a contabilidade as informações adicionais de ajustes, demonstrando que a ausência de tais informações não ocorreu por falha do contador e sim por insuficiência de dados complementares.

- **Notas explicativas do Demonstrativo das Variações Patrimoniais**

A Defesa informou que referente à ausência de evidenciação da origem e do destino dos recursos provenientes de alienação de ativos consta no quadro "b.2" a informação de que não houve ganhos ou perda durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos (fl. 21 do doc. digital nº 638752/2025)

E na nota explicativa "e.8" consta a informações de que não houve alienação de ativos durante o exercício, dessa forma, não há o que se falar em origem e destinação de recursos decorrentes da alienação de ativos

Análise da Defesa:

A análise da defesa será por demonstrativo conforme segue:

- **Notas explicativas do Balanço Orçamentário**

Verifica-se que não procede a justificativa apresentada pela defesa de que a ausência de evidenciação do detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário) ocorreu em razão da inviabilidade técnica para geração destes dados, pois de acordo com o MCASP - 10ª edição (p. 103) nas leis de abertura dos créditos adicionais devem constar as funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, em conjunto com a classificação do crédito orçamentário por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação em





observância ao princípio da especificação, visto que por meio dessa classificação é possível evidenciar em que a Administração Pública está efetuando os gastos para atingir determinados fins.

Destaca-se também que o controle da execução dos créditos adicionais abertos por conta de recurso de excesso de arrecadação e superávit financeiro já é efetuado pelo sistema Aplic, conforme demonstrado nos quadros 1.3 e 1.5 do relatório técnico (doc. digital nº 627818/2025), sendo possível a apuração desses valores para constar em notas explicativas.

Já a apuração dos valores executados decorrentes dos créditos adicionais abertos por anulação de dotação devem ser realizados por meio do controle dos valores empenhos nas dotações em que houver o reforço de dotação, dessa forma, não há que se falar da inviabilidade de se obter essa informação.

Quanto a ausência de informação referente a utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários e a evidenciação do detalhamento dos "recursos de exercícios anteriores" utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada, verifica-se que o quadro constante no item c.1" contempla essas informações.

Ante o exposto, **fica parcialmente sanado esse apontamento** referente a nota explicativa do Balanço Orçamentário.

- **Notas explicativas do Balanço Patrimonial**

Da análise das justificativas apresentadas pela defesa verifica-se que restou demonstrada as informações acerca das contas: Créditos a Longo Prazo; Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo; Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo; e se a depreciação, amortização e exaustão para cada período é reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo.





Quanto a ausência de informações referente à depreciação, amortização e exaustão de bens, sugere-se que o Conselheiro Relator determine ao Chefe do Poder Executivo que as Notas Explicativas dos Balanços Patrimoniais dos exercícios subsequentes contemplem as informações referentes as políticas de depreciação, amortização e exaustão; a evidenciação dos critérios de apuração da depreciação, amortização e exaustão e de realização de revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo.

Ante o exposto, **fica parcialmente sanada essa irregularidade**, pois a Nota explicativa do Balanço Patrimonial não trouxe as informações acerca das políticas de depreciação, amortização e exaustão, a evidenciação dos critérios de apuração da depreciação, amortização e exaustão e a realização de revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo.

- **Notas explicativas do Demonstrativo das Variações Patrimoniais**

Verifica-se que procede a justificativa apresentada pela defesa, visto que no exercício de 2024 não houve ingresso de recurso decorrente de alienação de ativos.

Da análise dos argumentos apresentados pela Defesa, verifica-se que **resta parcialmente sanado** esse achado em razão da manutenção da irregularidade referente à ausência de evidenciação do detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário) nas notas explicativas do Balanço Orçamentário e da ausência de informações referente à depreciação, amortização e exaustão de bens nas notas explicativas do Balanço Patrimonial.

Resultado da Análise: SANADO PARCIALMENTE

Nova Redação do Resumo:

As Notas explicativas do Balanço Orçamentário e do Balanço Patrimonial não contemplaram todas as informações estabelecidas pela STN.





5) DC99 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_MODERADA_99. Irregularidade referente a “Gestão Fiscal/Financeira” não contemplada em classificação específica).

5.1) *A gestão municipal não emitiu ato de limitação de empenho e/ou movimentação financeira em um cenário no qual o comportamento das receitas primárias não foi suficiente para acompanhar o aumento das despesas primárias, o que resultou no não cumprimento da meta de resultado primário fixada na LDO 2024.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Primeiramente a Defesa transcreveu às folhas 22 e 23 do doc. digital nº 638752/2025 o art. 9º da LRF e o art. 29 da Lei Municipal nº 1.601/2023 - LDO/2024 que estabelecem as medidas que devem ser adotadas caso a realização de receitas fique aquém do previsto.

A Defesa trouxe ainda o Quadro Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário Bimestral do exercício de 2024, conforme segue demonstrado:

Quadro Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário Bimestral no Exercício de 2024

Exceto RPPS	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Receita Primária total	9.100.449,27	20.348.148,32	32.494.188,89	45.716.389,96	57.342.659,36	68.598.034,38
Despesa Primária total	7.538.321,26	19.418.589,55	31.491.595,95	44.521.428,34	55.988.762,75	71.738.440,96
Resultado Primário	1.562.128,01	929.558,77	1.002.592,94	1.194.961,62	1.353.896,61	-3.140.406,58
Meta de Resultado Definida na LDO	-649.000,00	-649.000,00	-649.000,00	-649.000,00	-649.000,00	-649.000,00
Diferença Por Bimestre	913.128,01	280.558,77	353.592,94	545.961,62	704.896,61	-3.789.406,58

Por meio desse quadro observa-se que o resultado primário permaneceu dentro das metas estabelecidas até o 5º bimestre daquele ano, e que o descumprimento ocorreu apenas no 6º bimestre em razão do pagamento do 13º salário e outros encargos, no qual foi constatado um aumento de 64% nas despesas com pessoal e encargos sociais se comparado aos outros 5 bimestres anteriores.





Quanto a ausência de atos de limitação de empenho a Defesa justificou que houve a necessidade de manter os serviços essenciais funcionando e como o art. 9º da LRF diz que o ato que promoverá a limitação do empenho se dará nos 30 dias subsequentes a verificação do comportamento das receitas e despesas quanto ao cumprimento das metas, nesse caso não houve tempo hábil para a sua emissão.

O manifestante justificou ainda que mesmo diante do não cumprimento da meta de resultado primário, a gestão se manteve dentro dos limites estabelecidos pela LRF quanto aos gastos com pessoal e endividamento público, destacando que houve a transparência na divulgação dos resultados fiscais dentro dos prazos estabelecidos e que todas as decisões foram tomadas de boa-fé visando o interesse público e a continuidade dos serviços essenciais à população.

Destacou também que em nenhum momento a saúde fiscal do município ficou comprometida e que o balanço patrimonial do exercício de 2024 demonstra o encerrado do exercício com resultado superavitário, sem nenhuma fonte de recurso com saldo negativo, demonstrando a manutenção do equilíbrio orçamentário e financeiro.

A Defesa alegou ainda que o não atingimento das metas fiscais não comprometeu a qualidade da gestão nem afetou a capacidade de investimentos.

Por fim, transcreveu às folhas 26 a 30 do doc. digital nº 638752 /2025 uma matéria do Conselheiro-Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), Sr. Omar Pires Dias, que trata sobre o cumprimento das metas fiscais em entes com finanças saudáveis.

Análise da Defesa:

Verifica-se que a ausência de apropriação de 13º Salário e férias por competência, apontada no achado nº 1.1 deste relatório, mascarou o descumprimento do resultado primário no decorrer do exercício de 2024, resultando na ausência de adoção das providências estabelecidas na LRF e na LDO/2024 a fim de reequilibrar as constas públicas e cumprir as metas fiscais.





Ante o exposto, **fica mantida essa irregularidade**, pois o descumprimento dessa meta fiscal foi resultando de uma falha da gestão.

Resultado da Análise: MANTIDO

6) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

6.1) Abertura de R\$ 3.465.307,42 em créditos adicionais por conta de recursos inexistente de excesso de arrecadação na fonte de recurso 500 em descumprimento ao disposto no art. 167, II e V, da Constituição Federal e no art. 43, da Lei nº 4.320/1964. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

A Defesa justificou que o crédito adicional no valor de R\$ 3.465.307,42 aberto na fonte 1.500.000 foi realizado com base num excesso de arrecadação efetivamente existente.

De acordo com o Anexo 10, encaminhado às folhas 121 a 126 do doc. digital nº 638752/2025, verifica-se que o valor orçado para a fonte de recurso 1.500.000 era de R\$ 16.177.415,38, e no exercício em análise o valor arrecadado nessa fonte foi de R\$ 28.859.064,57, resultando num excesso de arrecadação no valor de R\$ 12.681.649,19, valor esse suficiente para amparar a abertura do crédito adicional no valor de R\$ 3.465.307,42.

A Defesa justificou ainda que os decretos trazem valores de diversas fontes de recurso, mas apenas os valores da fonte 1.500.000 devem ser considerados, conforme demonstrado na relação encaminhada às fls. 128 a 133 do doc. digital nº 638752/2025.





E destacou que o equívoco dessa análise ocorreu pela interpretação indevida da fonte de recurso, visto que a equipe técnica do TCE somou os valores dos detalhamentos 1.500.100100, 1.500.100200 e 1.500.1002750 ao total da fonte 1.500.000000, todavia, a análise do excesso de arrecadação deveria ter sido realizada por fonte individualizada.

Análise da Defesa:

O Anexo 10 da Lei nº 4.320/64 encaminhado pela defesa demonstra o detalhamento do valor previsto e arrecadado, em 20224, na fonte de recurso 1.500.000.000.

Por meio da análise, verificou-se que procede a justificativa apresentada pela defesa, pois essa fonte apresentou, em 2024, um excesso de arrecadação no valor de R\$ 12.681.649,19 suficiente para amparar a abertura dos créditos adicionais abertos na somatória de R\$ 8.914.064,24 (incluído o valor a descoberto de R\$ 3.465.307,42 questionado nesse achado).

Ante o exposto, **considera-se sanada essa irregularidade.**

Resultado da Análise: SANADO

7) LB99 RPPS_GRAVE_99. Irregularidade referente a Regime Próprio de Previdência Social - RPPS não contemplada em classificação específica).

7.1) Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

A Defesa informou que de acordo com as orientações dada pela Secretaria de Previdência, as provisões matemáticas foram contabilizadas em





dezembro/2024 considerando a Nota Técnica Atuarial - NTA, emitida em 2025, sendo que esta foi elaborada com data focal de 31/12/2024, no dia 15/03/2025.

Dessa forma, justifica que a contabilização das provisões matemáticas está de acordo com a NTA não havendo inconsistência nas provisões de benefícios concedidos para o fundo em repartição.

Análise da Defesa:

Verifica-se que o achado não é sobre irregularidades na contabilização das provisões matemáticas e sim ao fato do indicador denominado "Índice de Cobertura de Reservas Matemáticas" ter apresentado uma piora de 0,09, no exercício de 2024 em relação ao ano anterior.

A piora neste indicador demonstra que houve um menor percentual de aumento dos ativos garantidores em comparação ao crescimento das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder, o que acarretou o aumento do déficit atuarial.

Ante o exposto, **fica mantida essa irregularidade.**

Resultado da Análise: MANTIDO

8) MB99 PRESTAÇÃO DE CONTAS_GRAVE_99. Irregularidade referente a "Prestação de Contas" não contemplada em classificação específica).

8.1) Ausência de demonstração da compatibilidade do plano de custeio aprovado pela Lei nº 1.647/2024 com a capacidade orçamentária e financeira do ente federativo, bem como com os limites de gastos com pessoal estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

A Defesa informou que o Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio de Amortização Atuarial foi devidamente elaborado e encontra-se





disponível no Portal Transparência do PREVI-ITAUBA (<https://www.consultatransparencia.com.br/itaubanovo/Transparencia/Documentos?tipo=79&Pag=CompostoAvaliacaoAtuarial&Desc=Reavalia%C3%A7%C3%A3o%20Atuarial>) sendo também encaminhado às folhas 255 a 261 do doc. digital nº 638752/2025.

Análise da Defesa:

Da análise da documentação encaminhada pela Defesa verifica-se que **restou sanada essa irregularidade**, pois foi comprovada a elaboração do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio do exercício de 2024 da Prefeitura Municipal de Itaúba.

Resultado da Análise: SANADO

9) NB06 TRANSPARÊNCIA_GRAVE_06. Demonstrações Contábeis não publicadas na imprensa oficial (art. 37 da Constituição Federal).

9.1) *As Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 não foram publicadas na imprensa oficial.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

A Defesa informou que as Demonstrações Contábeis foram publicadas no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - edição nº 4.712 de 08/04/2025, conforme documentação encaminhada às folhas 263 a 285 do doc. digital nº 638752/2025.

Análise da Defesa:

Da análise da documentação encaminha, verifica-se que **fica sanada essa irregularidade**, pois restou comprovada a publicação das Demonstrações Contábeis na imprensa oficial.

Resultado da Análise: SANADO





10) OC19 POLÍTICAS PÚBLICAS_MODERADA_19. Currículo escolar da educação infantil, do ensino fundamental e/ou ensino médio, sem abranger os conteúdos mínimos exigidos pela legislação (art. 26 da Lei nº 9.394/1996).

10.1) *Não inclusão de conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação infantil e do ensino fundamental.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

A Defesa justificou que embora o currículo da rede municipal de ensino não possua um componente curricular específico sobre a "prevenção à violência contra a mulher", esse assunto já está incorporado de forma transversal no planejamento pedagógico das escolas municipais, visto que a gestão educacional tem promovido a abordagem da temática da violência de gênero em ambiente escolar com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tais diretrizes são trabalhadas por meio de projetos interdisciplinares, campanhas de conscientização, debates e atividades pedagógicas ao longo do ano letivo.

Informaram ainda que na formação continuada dos professores houve a orientação quanto a abordagem de temas sensíveis como a violência doméstica e de gênero.

Análise da Defesa:

Verifica-se que apesar de a Defesa justificar que esses temas foram abordados de forma transversal nos currículos escolares durante o ano de 2024, essa deixou de encaminhar documentação que comprovasse esse fato, visto que a documentação encaminhada às folhas 292 a 309 do doc. digital nº 638752/2025 demonstra que o Projeto "Educar para Prevenir" destinado às ações educativas de prevenção à violência contra a criança, adolescentes e mulheres somente foram encaminhados às escolas municipais em maio de 2025.





Ante o exposto, **fica mantida essa irregularidade.**

Resultado da Análise: MANTIDO

11) OC20 POLÍTICAS PÚBLICA_MODERADA_20. Ano letivo escolar sem a realização da “semana escolar de combate à violência contra a mulher” (art. 2º da Lei nº 14.164/2021).

11.1) *Não houve a instituição da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulheres todas as unidades escolares.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

A Defesa informou que, no exercício de 2024, todas as ações voltadas à temática de combate à violência contra a mulher foram realizadas por meio de palestras educativas, rodas de conversa e atividades pedagógicas integradas, abordando essa temática de forma transversal, em todas as unidades escolares do município.

No entanto, a Defesa reconheceu a importância em institucionalizar a abordagem dessa temática de uma maneira mais estruturada, dessa forma, a Secretaria Municipal de Educação, no exercício de 2025, aprimorou as ações e passou a desenvolver oficialmente a "Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher" conforme previsto na Lei nº 14.164/2021.

A fim de comprovar o alegado a defesa encaminhou à fl. 289 a 309 do doc. digital nº 638752/2025 as cópias dos planos de aula demonstrando a inserção dessa temática.

Análise da Defesa:

O art. 2º da Lei nº 14.164/2021 é claro quando estabelece sobre a instituição da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher deverá ser realizada no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica, dessa forma, apesar de a defesa justificar que essa





temática de combate à violência contra a mulher foi realizada por meio de palestras educativas, rodas de conversa e atividades pedagógicas integradas, abordando essa temática de forma transversal, esse fato não sana a irregularidade apontada quando à ausência da instituição da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

Ante o exposto, **fica mantida essa irregularidade.**

Resultado da Análise: MANTIDO

12) OC99 POLITICAS PÚBLICAS_MODERADA_99. Irregularidade referente a Políticas Públicas não contemplada em classificação específica).

12.1) *Ausência de alocação de recursos na LOA/2024 para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

O manifestante informou que o município de Itaúba contempla, no âmbito da política municipal de Assistência Social, ações voltadas à proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo mulheres vítimas de violência.

E que embora não haja nenhuma ação orçamentária denominada "prevenção à violência contra a mulher" os recursos encontram-se previstos dentro das ações da assistência social, de forma transversal, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

A fim de comprovar o alegado a defesa encaminhou às folhas 331 a 337 do doc. digital nº 638752/2025 a cópia da Lei Municipal nº 1.633/2024 que dispõe sobre a política de assistência social no município de Itaúba, a qual demonstra o compromisso do ente com a proteção da vida e a redução dos riscos sociais e cita que essa previsão legal de proteção à mulher vítima de violência pode ser observada no art. 78, inciso IV, alíneas d e f, da Lei supracitada.





A Defesa informou ainda que foram realizadas campanhas de conscientização e enfrentamento à violência contra a mulher, promovidas com os grupos do CRAS, PAIF e SCFV, incluindo palestras abertas à população e ações educativas direcionadas às famílias em situação de vulnerabilidade.

Por fim, a defesa alegou que deve ser considerado nessa análise que a Decisão Normativa nº 10/2024 - PP de 20/08/2024 foi publicada após a conclusão das fases essenciais de elaboração da LOA/2024 quando boa parte das diretrizes orçamentárias e propostas de alocação de recursos já estavam definidas, não havendo tempo hábil para a estruturação de uma ação programática específica para o exercício de 2024, todavia, o município já está em fase de adequação para que os próximos exercícios tragam essas diretrizes no orçamento.

Análise da Defesa:

Verifica-se que procede a justificativa apresentada pela defesa, pois a obrigatoriedade da LOA alocar recursos para a execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher foi dada pela Decisão Normativa nº 10 /2024, e como a LOA de 2024 foi elaborada em votada no exercício de 2023 esse dispositivo legal não tinha obrigatoriedade de trazer essa ação.

Ante o exposto, **fica sanada essa irregularidade**, todavia sugere-se que o Conselheiro-Relator recomende que as LOA's dos próximos exercícios contemplem a alocação de recursos para a execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher.

Resultado da Análise: SANADO

13) ZA01 DIVERSOS_GRAVISSIMA_01. Descumprimento de determinações exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares, acórdãos e/ou pareceres (art. 119 do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021).

13.1) Ausência da previsão da aposentadoria especial para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate às Endemias (ACE) no cálculo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA





Responsável 1: ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

A defesa informou que o resultado da reavaliação atuarial já considera todos os segurados vinculados ao RPPS, incluindo os profissionais ACS e ACE, conforme regras previdenciárias estabelecidas pela legislação municipal vigente.

Todavia, não foram contemplados benefícios previdenciários específicos para esses dois cargos e nem foram definidos critérios diferenciados de aposentadoria em virtude de o município ainda não ter editado uma lei própria ou ato normativo que discipline regras diferenciadas para aposentadoria e demais benefícios desses segurados no âmbito municipal nos termos da Emenda Constitucional (EC) nº 120/2022, ressaltando que as determinações estabelecidas por essa emenda constitucional ainda não foram regulamentadas pela União, dessa forma, os municípios não são obrigados a adotar tais medidas neste momento.

Assim, somente após a regulamentação da União e a inclusão na lei municipal das regras previdenciárias estabelecidas pela EC nº 120/2022 é que a avaliação atuarial poderá considerar uma regra previdenciária específica para os ACS e ACE.

A Defesa destacou ainda que por meio da Resolução de Consulta nº 4/2023 - PP, o TCE-MT manifestou o entendimento no sentido de que em razão da primazia da realidade que rege as relações de trabalho é necessária a inclusão da respectiva atividade nos quadros aprovados pelo Ministério do Trabalho - Norma Regulamentadora 15, conforme trata o § 10, do art. 198, da Constituição da República, com redação dada pela Emenda Constitucional 120 /2022. Essa Resolução de Consulta consta transcritas às folhas 42 a 44 do doc. digital nº 638752/2025 a Resolução de Consulta supracitada.

Dessa forma, verifica-se que somente após a atualização da Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15) com a inclusão das atividades desempenhadas





pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e pelos Agentes de Combate às Endemias (ACE), a aposentadoria especial dessa categoria poderá ser inclusa no cálculo atuarial.

Análise da Defesa:

O § 10, do art. 198, da Constituição Federal (acrescido pela Emenda Constitucional nº 120/2022) é claro quando estabelece que:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

(...)

§ 10. **Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também**, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, **aposentadoria especial** e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade. (sem grifo no original)

O texto constitucional não traz nenhuma informação que a aposentadoria especial para essa categoria precisa de uma regulamentação específica, dessa forma, não procede a justificativa apresentada pela defesa em razão de não considerar a aposentadoria especial dos ACS e ACE no cálculo atuarial em razão da atualização da Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15)

Ante o exposto, **fica mantida essa irregularidade.**

Resultado da Análise: MANTIDO

3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES / DETERMINAÇÕES

Sugere-se que Conselheiro Relator a emissão das seguintes recomendações/determinações ao Chefe do Poder Executivo:





Propostas de Recomendações:

- que as despesas de exercícios anteriores sejam registradas na conta "Ajustes de Exercícios Anteriores" a fim de comprovar a variação patrimonial entre exercícios;
- que as Notas Explicativas dos Balanços Patrimoniais dos exercícios subsequentes contemplem as informações referentes as políticas de depreciação, amortização e exaustão, a evidenciação dos critérios de apuração da depreciação, amortização e exaustão e a realização de revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo;
- que as LOA's dos próximos exercícios contemplem a alocação de recursos para a execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher;
- adote medidas urgentes para qualificar os serviços de saúde materno-infantil e ampliar o acesso à atenção básica;
- revise as estratégias de atenção primária, prevenção e organização dos serviços, de modo a ampliar o impacto das ações em saúde pública;
- implemente medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais;
- promova ações conjuntas com o RPPS, a fim de adotar medidas para fortalecer a governança e gestão, aprimorar a suficiência financeira, a acumulação de recursos, bem como a melhoria da situação atuarial, a fim de garantir uma administração mais eficiente e sustentável dos recursos previdenciários, contribuindo para a melhoria da classificação no ISP - item 7.1.1. ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - ISP;
- conclua, juntamente com o gestor do RPPS, os procedimentos para a efetiva certificação do Pró-Gestão RPPS, conforme as diretrizes estabelecidas pela Portaria MPS n.º 185/2015, para a implementação do Programa e a obtenção da certificação institucional, conforme Nota Recomendatória COPSPAS n.º 008 /2024 - 7.1.2. PRÓ-GESTÃO RPPS;
- adote providências relacionadas à discussão e viabilidade de aprovação de proposta de reforma do plano de benefícios acerca das regras de elegibilidade, cálculo e reajustamento dos benefícios de aposentadoria e pensões por morte relativas ao RPPS de Itaúba, de forma a buscar o atingimento e a manutenção do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial - item 7.2.1. REFORMA DA PREVIDÊNCIA; e





- promova ações concretas, por intermédio do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), para melhorar o índice de cobertura dos benefícios concedidos, de modo a fortalecer os ativos garantidores do plano de benefícios, compatibilizar o crescimento da provisão matemática e a política de custeio vigente e realizar o acompanhamento periódico do índice - item 7.2.4.1. **ÍNDICE DE COBERTURA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS.**
- que o atual gestor, determine ao Secretário de Saúde do município, que adote providências para que sejam enviadas informações completas e corretas, ao sistema do DATASUS;

Propostas de Determinações:

- garanta a elaboração e o envio da demonstração de compatibilidade entre o plano de custeio dos benefícios previdenciários e a capacidade orçamentária e financeira do ente federativo, bem como dos limites de gastos com pessoal estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 - item 7.2.5.2. **DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO;** e
- desenvolva um planejamento previdenciário que promova a captação de ativos /recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial - item 7.2.4.2. **ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS.**

4. CONCLUSÃO

4. 1. RESULTADO DA ANÁLISE

Após análise dos argumentos apresentados na Defesa restaram mantidas as seguintes irregularidades:

ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO - ORDENADOR DE DESPESAS /
Período: 01/01/2021 a 31/12/2024





1) CB03 CONTABILIDADE_GRAVE_03. Registros de fatos/atos contábeis em inobservância aos princípios da competência e oportunidade (Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

1.1) *Ausência de apropriação de 13º Salário e Férias por competência em descumprimento ao disposto na Portaria do STN nº 548/2015 - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

2) CB05 CONTABILIDADE_GRAVE_05. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

2.1) SANADO

2.2) SANADO

3) CB08 CONTABILIDADE_GRAVE_08. Demonstrações Contábeis sem assinaturas do titular ou representante legal da entidade e do profissional da contabilidade legalmente habilitado (Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.330 /2011; item 13 da ITG 2000; art. 177, § 4º, da Lei nº 6.404/1976; item 4 da NBC PG 01; art. 20, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 9.295/1946).

3.1) SANADO

4) CC09 CONTABILIDADE_MODERADA_09. Forma e/ou conteúdo das Demonstrações Contábeis divergente dos modelos estabelecidos nas normas contábeis (Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN).

4.1) *As Notas explicativas do Balanço Orçamentário e do Balanço Patrimonial não contemplaram todas as informações estabelecidas pela STN. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

5) DC99 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_MODERADA_99. Irregularidade referente a “Gestão Fiscal/Financeira” não contemplada em classificação específica).





5.1) *A gestão municipal não emitiu ato de limitação de empenho e/ou movimentação financeira em um cenário no qual o comportamento das receitas primárias não foi suficiente para acompanhar o aumento das despesas primárias, o que resultou no não cumprimento da meta de resultado primário fixada na LDO 2024.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

6) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

6.1) *SANADO*

7) LB99 RPPS_GRAVE_99. Irregularidade referente a Regime Próprio de Previdência Social - RPPS não contemplada em classificação específica).

7.1) *Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

8) MB99 PRESTAÇÃO DE CONTAS_GRAVE_99. Irregularidade referente a “Prestação de Contas” não contemplada em classificação específica).

8.1) *SANADO*

9) NB06 TRANSPARÊNCIA_GRAVE_06. Demonstrações Contábeis não publicadas na imprensa oficial (art. 37 da Constituição Federal).

9.1) *SANADO*

10) OC19 POLÍTICAS PÚBLICAS_MODERADA_19. Currículo escolar da educação infantil, do ensino fundamental e/ou ensino médio, sem abranger os conteúdos mínimos exigidos pela legislação (art. 26 da Lei nº 9.394/1996).





10.1) *Não inclusão de conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação infantil e do ensino fundamental.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

11) OC20 POLÍTICAS PÚBLICA_MODERADA_20. Ano letivo escolar sem a realização da “semana escolar de combate à violência contra a mulher” (art. 2º da Lei nº 14.164/2021).

11.1) *Não houve a instituição da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulheres todas as unidades escolares.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

12) OC99 POLITICAS PÚBLICAS_MODERADA_99. Irregularidade referente a Políticas Públicas não contemplada em classificação específica).

12.1) *SANADO*

13) ZA01 DIVERSOS_GRAVISSIMA_01. Descumprimento de determinações exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares, acórdãos e/ou pareceres (art. 119 do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021).

13.1) *Ausência da previsão da aposentadoria especial para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate às Endemias (ACE) no cálculo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Em Cuiabá-MT, 26 de agosto de 2025

SUELLEN DAYCI FRISON BARROS

AUDITOR PUBLICO EXTERNO

RESPONSÁVEL DA EQUIPE TÉCNICA

